



ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA, DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2015.

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de 2015, às dez horas e quarenta e três minutos, na sala de reunião das comissões, foi aberta pelo Senhor Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF, Deputado Agaciel Maia, a nona Reunião Ordinária da Comissão com as presenças dos Deputados: Julio Cesar e Rafael Prudente. Os trabalhos foram iniciados passando-se ao primeiro item, dos Comunicados, oportunidade em que o Presidente informou aos Parlamentares que o GDF respondeu a todos os questionamentos feitos pelos Parlamentares, referentes ao parecer preliminar do Projeto da Lei Orçamentária Anual de 2016 e que a cópia contendo as respostas será distribuída aos membros da comissão para conhecimento. Esclareceu, também, que os prazos para a apresentação de emendas ao PLOA 2016 se encerrará no dia 30 do corrente mês e para as emendas ao PPA 2016/2019 se encerraria no dia 6 de novembro. Perguntou aos membros presentes se haveria comunicados a fazer, ocasião em que foi concedida a palavra ao Deputado Julio Cesar, quem relatou ter lido matéria no jornal *Correio Braziliense* que o deixou preocupado, relativa aos estragos no gramado do Estádio Mané Garrincha, atribuídos à produtora AudioMix, resultados da apresentação do show Jorge & Mateus no local. Sugeriu a elaboração de um ofício, no âmbito desta comissão, dirigido ao secretário da pasta pertinente, solicitando esclarecimentos sobre as medidas que vinham sendo adotadas frente àquela produtora, quanto à reparação do gramado. O Presidente acatou a solicitação do Deputado Julio Cesar, dirigindo-se à Secretária da Comissão para que preparasse o ofício solicitado, preferencialmente em tempo dos Deputados membros da CEOF ali presentes assinarem o documento antes do encerramento da reunião. Dando continuidade, passou-se à discussão e votação, em bloco, das seguintes indicações constantes da pauta: Item nº 9, discussão e votação da **Indicação nº 5.312, de 2015**, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "sugere ao Sr. Governador do Distrito Federal a elaboração de normas para as Quadras Industriais 1 a 7 do Setor Leste do Gama – RA II, Distrito Federal", tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências; Item nº 10, discussão e votação da **Indicação nº 5.334**, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que "sugere ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, através de seus administradores regionais, a realização de mutirões nas administrações regionais, a fim de acelerar os processos em trâmite nesses órgãos", tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências. Item nº 11, discussão e votação da **Indicação nº 5.545, de 2015**, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal a regulamentação de tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as



microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública do Governo do Distrito Federal”, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências; Item nº 12, discussão e votação da **Indicação nº 5.577, de 2015**, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal que encaminhe proposta de revogação da isenção de pagamento de inscrição em concursos públicos para doadores de sangue”, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências; Item nº 13, discussão e votação da **Indicação nº 5.589, de 2015**, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “sugere providências ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, para a edição de decreto instituindo a coordenação de localização de desaparecidos, ausentes, minorias e egressos do Distrito Federal, na estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social”, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências; Item nº 14, discussão e votação da **Indicação nº 5.590**, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a regulamentação imediata da Lei 4.555, de 18 de março de 2011”, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências; Item nº 15, discussão e votação da **Indicação nº 5.594**, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda, o envio a esta Casa de projeto de lei com a finalidade de alterar a Lei nº 5.287, de 30 de dezembro de 2013, que ‘suspende a exigibilidade e concede remissão e isenção de tributos, na forma que especifica, e dá outras providências, e o art. 3º da Lei Federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências””, tendo sido aprovada com três votos favoráveis e duas ausências. Colocadas em discussão as mencionadas indicações, não houve quem quisesse discutir, dando-se início à votação das mesmas e obtendo-se a devida aprovação com três votos favoráveis e duas ausências. Em prosseguimento, passou-se ao Item nº 8, discussão e votação do Requerimento nº 1.039, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, para debater a destinação de 28 milhões para atualização da base cartográfica cadastral oficial”. Como o Deputado Wasny de Roure estava ausente, o Presidente sugeriu que aguardassem o autor chegar para que o mesmo fizesse a argumentação aos Deputados presentes, bem como adiassem também, para apreciação na próxima reunião da CEOF, os itens nºs 6 e 7 da pauta, por serem de relatoria do nobre Deputado Wasny de Roure, ausente. Em seguida o Presidente, por ser o relator do próximo item da pauta, item 2, passou



a Presidência ao nobre Deputado Rafael Prudente. Assumindo a Presidência, o Deputado Rafael Prudente saudou os presentes e colocou em discussão e votação o parecer ao **Projeto de Lei nº 646, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o processo de liquidação da Sociedade de Abastecimento de Brasília – SAB, e dá outras providências”, relatoria do Deputado Agaciel Maia. Após a leitura do Parecer e não havendo quem quisesse discutir, deu-se início ao processo de votação do parecer, pela admissibilidade e aprovação, com as Emendas nºs 01 e 02, tendo sido aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências. Dando continuidade, apreciação do item nº 3, discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 686, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$1.468.145,00”, relator o Deputado Agaciel Maia. Neste momento o relator solicitou ao Sr. Presidente a retirada de pauta do mencionado Projeto de Lei, deixando-o para votá-lo posteriormente, devido a existência de informações ainda não esclarecidas, sugerindo ao secretário da comissão e à assessoria desta Comissão a atribuição de relacionar as emendas no Projeto de Lei nº 701/15, organizando de forma que as emendas apresentadas pela comissão e pelos demais Parlamentares fossem transferidas para outro crédito, bem como providenciasse um documento para que os três membros da comissão assinassem. O Presidente, Deputado Rafael Prudente, corroborou a sugestão, retirando de pauta, portanto, o Projeto de Lei nº 686, de 2015. Deu-se início à apreciação do Item nº 5, discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 701, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$2.545.320,00”, relator Deputado Agaciel Maia. Neste momento, o Deputado Julio Cesar solicitou o uso da palavra, logo concedida, para que fosse incluído, como item extrapauta, o Projeto de Lei nº 668, de 2015, para votação. Não havendo entendimentos para a inclusão do mesmo, em extrapauta, o Presidente solicitou ao relator, Deputado Agaciel Maia, que emitisse o parecer sobre o Projeto de Lei nº 701, de 2015. O relator, antes de emitir o parecer, esclareceu que conforme acordo com os membros da comissão, foram transferidas para o PL nº 701, de 2015, as demais emendas apresentadas ao PL nº 686, de 2015; ou seja, as Emendas nºs 1 a 4, da Deputada Sandra Faraj; a Emenda nº 5, do Deputado Juarezão; a Emenda nº 6, da Mesa Diretora; a Emenda nº 7, do Deputado Agaciel Maia; a Emenda nº 8, do Deputado Lira, e a Emenda nº 9, do Deputado Rafael Prudente. Esclareceu também que, com exceção da Emenda nº 3, que havia sido retirada pela autora, todas as demais emendas foram aprovadas por fazerem parte de remanejamentos de programas de trabalho anteriormente inseridos no Orçamento do Distrito Federal pelos respectivos autores. Em seguida o relator, Deputado Agaciel Maia leu o Parecer, pela admissibilidade e aprovação, com Emendas, e à posteriori, foi colocado em votação pelo Sr. Presidente, tendo sido aprovado com 3 votos favoráveis e 2 ausências. O Deputado Agaciel Maia



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS



aproveitando o uso da palavra, solicitou ao Sr. Presidente a retirada de pauta do item nº 4, o Projeto de Lei nº 694, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 4.220, de 9 de outubro de 2008 e “cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e dá outras providências”, se comprometendo a voltar a discutí-lo na próxima reunião, tendo sido acatada a sugestão pelo Sr. Presidente, Deputado Rafael Prudente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Deputado Agaciel Maia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente reunião ordinária da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, às onze horas e quarenta e cinco minutos. Eu, Leonira Bernardes Paulino _____, Secretária desta Comissão, lavro a presente Ata, que, após lida e aprovada será assinada pelo Presidente.

Deputado AGACIEL MAIA
Presidente

PUBLICADA NO DCL Nº 34, DE 24/02/2016, PÁGINAS 31 A 34.